



ESPECIAL DIA MUNDIAL SEM TABACO 2015



CQCT – ARTIGO 15 – ELIMINAR O COMÉRCIO ILÍCITO DE PRODUTOS DE TABACO

O mercado ilegal de tabaco domina dez por cento dos cigarros consumidos mundialmente, de acordo com dados dos sistemas de controle de alfândega internacionais. A Comissão Europeia estima que o mercado ilegal de cigarros custe à União Europeia e seus Estados Membros mais de €10 milhões anualmente em impostos e taxas alfandegárias não arrecadados.

O comércio ilegal não é apenas um problema em países de alta renda. Quase todos os países do mundo estão sujeitos ao comércio ilícito de uma forma ou de outra. Em resposta à ameaça imposta pelo comércio ilegal de tabaco, a comunidade internacional negociou e adotou em novembro de 2012 o Protocolo para Eliminação do Comércio Ilegal de Produtos de Tabaco, a Convenção Quadro para Controle do Tabaco.

Os objetivos da campanha 2015 do Dia Mundial sem Tabaco são:

Aumentar a conscientização dos danos à saúde causados pelo comércio ilegal de produtos de tabaco, especialmente os jovens e grupos de baixa renda, devido à oferta aumentada e acessibilidade destes produtos, devido ao seu baixo custo.

Mostrar como programas de atenção à saúde, políticas de controle do tabaco tais como aumento dos preços e impostos que incidem sobre produtos do tabaco e outras medidas são prejudicados pelo comércio ilícito de produtos de tabaco.

Demonstrar como a indústria do tabaco tem sido envolvida no comércio ilegal de produtos de tabaco.

Destacar como o comércio ilícito de produtos de tabaco é uma forma de acumular grandes riquezas para grupos criminosos, que usam os recursos para financiar outras atividades criminosas, como tráfico de drogas, armas e de pessoas, e mesmo terrorismo.

Promover a ratificação, adesão e utilização do Protocolo de Eliminação do Comércio Ilícito de Produtos de Tabaco por todos os signatários da Convenção Quadro do Controle do Tabaco e sua entrada em vigor através do envolvimento ativo de partes interessadas relevantes.

Para ampliar o debate sobre o comércio ilícito junto à sociedade, o Deputado Darcísio Perondi (PMDB-RS) realizará na Câmara dos Deputados uma audiência pública no dia 28 de maio, data que marcará as comemorações do Dia Mundial sem Tabaco no Brasil.

Fonte: PAHO/SE-Conicq

http://www.paho.org/bireme/index.php?option=com_content&view=article&id=292%3Adia-mundial-sem-tabaco-2015-eliminar-o-comercio-ilegal-de-produtos-de-tabaco&catid=15%3Aops-wdc&Itemid=73&lang=pt

DESTAQUES

OPAS/OMS premia representante da Conicq no Dia Mundial sem Tabaco 2015

As contribuições para a aplicação do artigo 6º (medidas financeiras e fiscais para reduzir a demanda por tabaco) da CQCT frente ao Protocolo sobre a Eliminação o Comércio Ilícito de Tabaco, e a implantação do sistema Scorpions, de monitoramento e rastreamento de produtos de tabaco, respaldaram a OPAS/OMS a premiar o representante do Ministério da Fazenda na Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (Conicq), Marcelo Fisch, no Dia Mundial sem Tabaco 2015.

Além de Fisch, a OPAS/OMS premiou a Enfermeira brasileira Stella Aguinaga Bialous devido a, entre outras iniciativas, suas pesquisas sobre documentos internos da indústria do tabaco que ajudaram a revelar o papel da indústria no comércio ilícito de produtos de tabaco.

O prêmio reconhece as contribuições de indivíduos e organizações para a redução da morte e doença causada pela epidemia do tabaco, e são distribuídas entre seis regiões da OMS e a nível global, com um reconhecimento especial da Diretora-Geral da OMS.

Outros contemplados foram Patricia Sosa, diretora de programas para a América Latina, Tobacco-Free Kids (CTFK, na sigla em Inglês), por prestar apoio e coordenação

no avanço do controle de tabaco em países como Argentina, Brasil, Costa Rica, Guatemala e Peru, e a médica argentina Mirta Molinari, Coordenadora regional para o controle do tabaco para a América Latina da União Internacional Contra a Tuberculose e Pulmão e diretora do Escritório da Union Tobacco, no México, desde 2007.

Entre as organizações, a Nicarágua, representado pelo presidente Daniel Ortega, e o Uruguai, representado pelo presidente Tabaré Vasquez, ambos por serem os primeiros países a ratificarem o Protocolo para a Repressão do Tráfico Ilícito de tabaco nas Américas.

A Secretaria-Executiva da Conicq, Tânia Cavalcante, encaminhou aos membros da Conicq, ofício felicitando o prêmio concedido a Marcelo Fisch.

"É com grande prazer e orgulho que comunicamos a todos os membros da CONICQ a premiação que será conferida pela Organização Mundial da Saúde ao Marcelo Fisch representante do Ministério da Fazenda na CONICQ, pela sua liderança e esforço na implementação da Convenção no Brasil em especial nos artigos 6 e 15 respectivamente política de preços e impostos sobre produtos de tabaco e combate ao mercado ilegal desses produtos."

Fonte: SE-Conicq

COMBATE AO COMÉRCIO ILÍCITO NO BRASIL

O Sistema Scorpions e a vigilância integrada no combate ao comércio ilegal de Tabaco

Segundo dados da Secretaria da Receita Federal do Brasil, o mercado ilegal de cigarros no Brasil, compreendido pelo contrabando, pela falsificação, e pela comercialização sem o pagamento de todos os tributos, representa cerca de 29% do mercado brasileiro de cigarros.

Para lidar com este fenômeno global, a CQCT apregoa como ferramenta para eliminar o tabaco ilícito o artigo 15 da CQCT. No Brasil, diversas ações estão sendo realizadas no combate ao comércio ilícito, entre as quais destacamos, em primeiro plano, a estratégia utilizada pela Receita Federal através do Sistema de Controle e Rastreamento da Produção de Cigarros, Scorpions, criado em setembro de 2007.

Com a Lei 11.488, os fabricantes de cigarros foram obrigados a instalação do Scorpions, conforme Instrução Normativa RFB nº 769, de 21 de agosto de 2007 sob controle da Receita (artigo 2º da Instrução Normativa).

O Scorpions é um sistema on-line de controle de produção. Ele permite que o governo controle cada linha de produção das fábricas no momento em que o cigarro está sendo fabricado. Com o selo adotado pelo sistema, a Receita pode saber através do maço quando ele foi fabricado, em que fábrica e para quem foi vendido.

Através do Scorpions, o Brasil passou a dispor de controle integral de todas as linhas de produção de cigarros em seu território, o que possibilitou acompanhar os níveis de produção evitando diversas práticas ilícitas cometidas pelos fabricantes nacionais.

Em 2011, após criar regras para a exportação de cigarros por empresas brasileiras, a Receita começou a utilizar o Scorpions para evitar que os cigarros exportados retornassem ao Brasil como contrabando.

Os produtos destinados ao exterior passaram a dispor um código de barras especial nas embalagens contendo todos os dados do fabricante e do produto. Antes, o produto exportado continha apenas o CNPJ da empresa. As empresas que começaram a exportar com essa marcação ficaram isentas do Imposto de Exportação, cerca de 150% do valor da mercadoria.

Ao ser exportado, o fabricante é impedido de vender ou expor o cigarro no Brasil. As embalagens destinadas a países da América do Sul e da América Central, inclusive Caribe, passaram a conter a expressão "Somente para exportação - Proibida a venda no Brasil".

Os cigarros exportados encontrados no Brasil são reconhecidos pela Receita como mercadorias clandestinas, o que penaliza o exportador a pagar os impostos isentos, além de uma multa de 150% do valor da mercadoria.

As medidas foram tomadas após o Brasil perceber que a maior parte de suas exportações de cigarro, principalmente para o Paraguai, voltavam em forma de contrabando.

Deixa-se claro que, doo ponto de vista da saúde pública, ilegal ou legal, o cigarro causa danos à saúde independentemente de onde ou como é fabricado.

Da mesma forma que acontece com o artigo 6º da Convenção (medidas de preços e impostos para reduzir o consumo), o protocolo para combater o mercado ilegal de produtos de tabaco envolve uma pauta comum para as áreas de Saúde Pública, da Receita e da Polícia Federal. Representantes da indústria do tabaco também tem se manifestado a favor da ratificação do Protocolo.

Na questão policial, em março de 2014, a Câmara dos Deputados aprovou mudança de redução do artigo 334 do Código Penal que tipificou os crimes de contrabando e descaminho. Com a nova redação, os tipos penais (contrabando e descaminho) passaram a ser tratados separadamente, recebendo penalidades diversas, tornando assim mais gravoso o crime de contrabando.

Recentemente, o Congresso Nacional reagiu ao aumento do contrabando lançando no dia 14 de maio uma frente parlamentar mista dedicada a combater o contrabando e a falsificação. A solenidade de lançamento da frente foi aberta com apresentação de um projeto de lei propondo aumento das penas para esse tipo de crime (PL 1530/2015), e a perda da carteira de motorista do infrator que for flagrado portando carga ilegal de tabaco.

Outra ação que tangencia entre a governança e a habilidade diplomática do Executivo está ratificação do Protocolo do Comércio Ilícito do Tabaco. A ratificação pelo Brasil do Protocolo do tabaco ilícito aguarda análise do Ministério das Relações Exteriores de onde seguirá para a Casa Civil, para finalmente ser despachado para aprovação do Congresso Nacional. Não há prazos para a tramitação.

A imprensa também tem feito sua parte mapeando o roteiro do tabaco ilícito no Brasil. Em março de 2014, após três meses de investigação junto com jornalistas de mais três países, o Jornal Gazeta do Povo publicou uma série de 12 reportagens revelando a produção, rota e receita do tabaco contrabandeado no Brasil.

Nas contas da reportagem, a receita do tabaco contrabandeado está superando o narcotráfico e redesenhando a geopolítica do crime organizado na América Latina. A investigação concluiu que um dos beneficiários é o ex-comerciante de tabaco e atual Presidente do Paraguai, Horacio Cartes. A partir das reportagens da Gazeta do Povo, a PRF intensificou ações de repressão contra o contrabando na fronteira, com apreensão de tabaco e prisão de componentes das quadrilhas envolvidas.

Com o objetivo de colaborar com o fortalecimento da implementação do artigo 15 da CQCT no Brasil, o Boletim Informativo Especial do Dia Mundial sem Tabaco 2015 reúne um inventário dos esforços em andamento realizados por países, organizações, agentes políticos e públicos, sabendo que somente e mediante uma ação concentrada e de cooperação nacional e internacional se alcançará êxito no combate ao comércio ilícito de tabaco.

Fonte: SE-Conicq

COMBATE AO COMÉRCIO ILÍCITO NO MUNDO

Na Comunidade Europeia

Europa em crise perde 10 bi anualmente

Segundo as estimativas do Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF), o comércio ilícito de cigarros causa perdas financeiras anuais superiores a 10 bilhões de EUR ao orçamento da União Europeia e aos orçamentos dos seus Estados-Membros.

Estas perdas são devidas ao não pagamento de direitos aduaneiros e de impostos, nomeadamente os montantes do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) e dos impostos de consumo.

Os cigarros representam a maior parte do comércio ilícito de tabaco, mas outros produtos (como o tabaco de enrolar) também são vendidos de forma ilegal.

Em 2003, o comércio ilícito consistia principalmente num contrabando em grande escala, através de containers, de cigarros de marcas conhecidas.

Nos últimos anos, a parte relativa do contrabando de marcas conhecidas diminuiu. Em contrapartida, a contrafação, a produção ilegal e, sobretudo, o contrabando de outras marcas (produzidas principalmente fora da Europa em quantidades muito superiores à procura nos mercados nacionais em causa) aumentaram.

Segundo a Comunidade Económica Europeia, o comércio ilícito de tabaco não constitui apenas um problema económico. Para além de prejuízos consideráveis que representa para as receitas nacionais, o comércio ilícito alimenta uma economia dominada por grupos criminosos organizados transnacionais.

Além disso, do ponto de vista da saúde, o comércio ilícito prejudica as iniciativas políticas destinadas a reduzir o consumo de produtos do tabaco, em especial entre os grupos vulneráveis como jovens e pessoas de baixa renda. Os produtos do tabaco ilícitos não são geralmente produzidos segundo os requisitos da legislação da UE relativa aos produtos do tabaco.

Uma das medidas tomadas pela Comissão Europeia e pelos Estados-Membros para contrariar o comércio ilícito de tabaco foi de fechar acordos de cooperação juridicamente vinculativos com quatro dos principais fabricantes mundiais de cigarros.

Em 2011, a Comissão apresentou um plano de ação de luta contra o contrabando na fronteira terrestre, e em 2012 os 176 Estados Partes adotaram um Protocolo à Convenção para tratar especificamente o problema do comércio ilícito dos produtos do tabaco.

O problema é grave e tem natureza mundial. Manifesta-se de diferentes formas nas fronteiras da UE e no interior do seu território. O comércio ilícito é influenciado por fatores associados à oferta e à procura, bem como à falta de eficácia das medidas de controle.

O enorme impacto financeiro sobre o orçamento da UE e dos Estados-Membros é muito grave, daí a necessidade de adotar uma abordagem global em relação ao problema do comércio ilícito de tabaco.

Fonte: EC

http://ec.europa.eu/anti_fraud/documents/2013-cigarette-communication/communication_pt.pdf

Na África

Integração na vigilância entre os países africanos

Em dezembro de 2014, a cidade do Cabo sediou uma Conferência sobre Comercialização Ilícita do Tabaco que teve como objetivo a colaboração entre os países afetados, entre eles Moçambique, bem como o endurecimento da lei e a integração de todos os departamentos da Autoridade Tributária.

O diretor Instituto de Tabaco da África Austral, Francois van der Merwe, disse que a imagem da região encontra-se comprometida devido à comercialização ilícita de tabaco e seus derivados.

“Os sindicatos do crime estão comercializando os seus produtos na região. Este negócio ilícito está afetando os investimentos na região visto que nenhum empresário quer disponibilizar os seus capitais nos países afetados.”, declarou Merwe ao expor o ponto de vista da Indústria.

Van der Merwe destacou ainda que o Instituto de Tabaco está empenhado em colaborar com os países da região no combate a este tipo de crime.

Estima-se que na África do Sul mais de 20 bilhões em impostos anuais deixam de ser arrecadados. Em 2014, o país registou um deficit de cerca de 2,6 bilhões em taxas devido à comercialização ilegal de cigarros.

Concorrida e representativa, a Conferência contou com a participação de mais de 100 delegados de 23 países africanos.

O especialista da Europol (Organização da Polícia Europeia), Howard Pugh, que mapeou os problemas relacionados ao tabaco ilícito na Europa, coordenou o planejamento entre os delegados para traçar estratégias para o combate ao tabaco ilícito.

Pugh entende que existem convergências entre a África e a Europa no que toca à venda e compra de cigarros.

O representante da Unidade de Elite de Investigação Criminal da África do Sul (Hawks, sigla em inglês), Paul Ramaloko, informou que foram detidas em 2014 cerca de 375 pessoas em conexão com o tráfico transfronteiriço e comercialização ilegal de cigarros.

A Polícia teria desmantelado cerca de 2028 postos de venda e recepção deste produto. Um grande número de veículos usados para o transporte nacional e internacional de cigarros ilegais foi confiscado.

Cerca de 60% de cigarros ilegais apreendidos são de fabricação nacional e o resto contrabandeados de diversos países africanos. Grande parte do tabaco ilegal sul-africano tem como seu mercado a região austral, destacando-se Moçambique.

Outro grave problema relacionado à África, segundo a revista *Observer*, seria que os recursos arrecadados com cigarros contrabandeados no Norte da África seriam utilizados pelo terrorismo islâmico, e destinados às diversas facções da Al-Qaeda atuantes em toda a região do Saara.

Ainda segundo o *Observer*, o Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos apurou que o contrabando de cigarros forneceu o grosso do financiamento da AQMI, que teria entre seus afiliados o Ansar al-Sharia, acusado do assassinato do embaixador norte-americano Chris Stevens em Benghazi, na Líbia, em 2012.

O valor total do comércio ilícito de tabaco no norte da África seria superior a 1 bilhão de dólares. O Escritório da ONU para Drogas e Crime (Unodc na sigla em inglês) estima que os africanos fumam 400 bilhões de cigarros por ano, dos quais 60 bilhões são comprados no mercado negro.

Fonte: Carta Capital/Verdade/SE-Conicq

<http://www.verdade.co.mz/economia/50597-afrika-do-sul-acolhe-conferencia-sobre-a-comercializacao-ilicita-do-tabaco>

<http://www.cartacapital.com.br/internacional/contrabando-de-cigarros-alimenta-a-violencia-islamica-no-norte-da-afrika>

IMPÉRIO DAS CINZAS – REPORTAGENS PRODUZIDAS PELO JORNAL GAZETA DO POVO

O patrão do tabaco

No rastro da destituição do General Alfredo Stroessner, governante por 35 anos, e deposto em 1989, Horacio Cartes tomou posse na presidência do Paraguai em 15 de agosto de 2013. Em sua história, passou de simples distribuidor de cigarros a proprietário da Tabacalera del Este (Tabesa).

O contrabando se revelou um bom negócio e as fábricas paraguaias saltaram de três, em 1993, para as atuais 32. Cartes impulsionou o setor e cresceu junto. Fez fortuna, ganhou a presidência. Mas ele não é só o presidente do Paraguai. A empresa de Cartes responde por 30% dos 67 bilhões de cigarros produzidos por ano no Paraguai, ou 3,3 bilhões de maços. Os paraguaios fumam só 2%. O resto assegura ao país o papel de provedor global de cigarro pirata.

Parte da imprensa gaúcha sustenta que há um incidente diplomático encoberto já que o empresário depõe contra o presidente ao levar um país a afetar a economia e a saúde da população de países vizinhos, entre os quais o Brasil.

<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/especial-imperio-das-cinzas/conteudo.phtml?tl=1&id=1456153&tit=O-patrao-do-tabaco>

Um negócio de Estado

O tabaco se tornou um negócio de Estado no Paraguai muito antes de Horacio Cartes chegar ao poder. O governo é o maior incentivador. A fiscalização é precária e a carga tributária sobre o cigarro é de 10%, contra 70% no Brasil.

O Paraguai concede ainda cinco anos de isenção do imposto de importação sobre as máquinas. Daí surge o paradoxo: o Brasil tem 200 milhões de habitantes e 11 indústrias de cigarro; o Paraguai tem 6,5 milhões de habitantes e três vezes mais fábricas. Isso explica porque o Paraguai tem 2,6 mil marcas registradas e 70 delas entram no Brasil pela porta dos fundos.

O volume apreendido representa uma décima parte do que entra no Brasil. Cientes das limitações no controle da fronteira, as autoridades admitem que nove entre dez maços vencem as barreiras fiscais. Assim, a média anual apreendida no último quadriênio mostra que o que entra chega fácil a US\$ 2,2 bilhões por ano.

<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/especial-imperio-das-cinzas/conteudo.phtml?tl=1&id=1456157&tit=Um-negocio-de-Estado>

Ameaça ao narcotráfico

O cigarro ilegal que entra no Brasil pelos 1,3 mil quilômetros da fronteira com o Paraguai já equivale, em valores, a 34% do que passa em maconha e cocaína por todos os 16,5 mil quilômetros das fronteiras brasileiras com dez países. Desde 2010, o Brasil apreendeu em todo seu território US\$ 2,5 bilhões em cocaína, US\$ 287 milhões em maconha e US\$ 958 milhões em cigarros.

<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/especial-imperio-das-cinzas/conteudo.phtml?tl=1&id=1456166&tit=Ameaca-ao-narcotrafico>

O berço dos padrões

Notabilizada pelo tráfico de drogas e todo tipo de contrabando, a Tríplice Fronteira foi escolhida pela indústria do cigarro pirata para montar suas fábricas.

A cultura do contrabando como subsistência instalou-se junto com a Ponte da Amizade, erguida em 1965 para integrar brasileiros e paraguaios. De um lado, Ciudad del Este passou a oferecer toda sorte de mercadorias – remédios, eletrônicos, armas, roupas, drogas, perfumes – de outro, convergiu para Foz do Iguaçu uma multidão disposta a cruzar a fronteira levando tudo nas costas.

A tríplice fronteira concentra a maioria das 32 tabacaleras paraguaias, embora algumas comecem a migrar para Salto del Guairá, na fronteira com Guaíra (PR) e Mundo Novo (MS). A região rivaliza com a tríplice fronteira também nas rotas para escoar o cigarro ao Brasil e criou seus próprios magnatas do tabaco. Seu maior expoente é o brasileiro Roque Fabiano Silveira, de 49 anos. Foragido da Justiça brasileira, condenado por contrabando e homicídio, ele mantém uma vida de ostentação semelhante à dos chefões dos cartéis do narcotráfico da Colômbia e do México.

<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/especial-imperio-das-cinzas/conteudo.phtml?tl=1&id=1456174&tit=O-berco-dos-patroes>

O cigarro mata

O cerco ao contrabando de cigarros nas fronteiras brasileiras tem levado os fabricantes instalados no Paraguai a mudar suas plantas de produção para o Brasil. Eles infiltram as máquinas desmontadas no meio de cargas de sucata para enganar o controle fronteiriço. Tudo para ficar mais perto do seu maior mercado consumidor.

A migração das fábricas para o Brasil se deve ao controle mais rigoroso na fronteira depois da Operação Sentinela, realizada em conjunto pela Polícia Federal, Receita Federal, Polícia Rodoviária Federal e Força Nacional de Segurança.

<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/especial-imperio-das-cinzas/conteudo.phtml?tl=1&id=1456161&tit=O-cigarro-mata>

As rotas da Pirataria

A logística do contrabando de cigarro muda conforme a repressão policial e a geografia da fronteira do Brasil com o Paraguai. A partir de 2005, o governo brasileiro jogou luz sobre as rotas clandestinas nas adjacências de Foz do Iguaçu, ligada a Ciudad del Este pela Ponte Internacional da Amizade. Traficantes e contrabandistas buscaram os pontos obscuros da fronteira. Foi bom para os negócios. Eles encontraram uma área carente de controle nos 150 quilômetros do Lago de Itaipu e nos 1,3 mil quilômetros de fronteira seca com o Paraguai.

Existem duas principais zonas de risco para os contrabandistas. São onde as apreensões se concentram. A primeira está no Paraná e forma um triângulo entre Foz do Iguaçu, Guaíra e Cascavel. O cigarro passa pela faixa fronteiriça que se estende entre as duas primeiras cidades e desemboca em Cascavel, um entroncamento rodoviário que permite diluir as cargas por diferentes rotas. Dali em diante, os riscos de confisco das cargas vão se reduzindo à medida que o cigarro se aproxima dos maiores mercados consumidores, São Paulo e Rio de Janeiro.

A segunda zona de risco também forma um triângulo, desta vez no Mato Grosso do Sul. As rotas de entrada vão de Mundo Novo a Porto Murtinho, até desembocar em Campo Grande. Nessa região se concentra o maior volume de apreensões no estado, com destaque para a cidade de Naviraí, perto da divisa com o Paraná.

<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/especial-imperio-das-cinzas/conteudo.phtml?tl=1&id=1456158&tit=As-rotas-da-pirataria>

A polícia na mira

Mortes, intimidações e estresse constante fazem parte da rotina dos agentes públicos incumbidos de combater o contrabando de cigarro do Paraguai para o Brasil. A tensão e os riscos são permanentes, agravados por três episódios recentes em 2013. Em 25 de abril, um policial federal ficou ferido em troca de tiros com policiais paraguaios ao perseguir contrabandistas na Linha Internacional, estrada de terra na fronteira seca com o Mato Grosso do Sul. A Polícia Nacional do Paraguai disse não saber se tratar de oficiais brasileiros em operação num veículo descaracterizado.

<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/especial-imperio-das-cinzas/conteudo.phtml?tl=1&id=1456155&tit=A-policia-na-mira>

O paradoxo do contrabando paraguaio

Três meses após assumir a presidência do Paraguai, Horacio Cartes lançou em novembro de 2013 o maior plano de combate ao contrabando de que se tem notícia no país. Uma força-tarefa do governo apreendeu até agora US\$ 40 milhões em açúcar, combustível, arroz, óleo de soja, farinha de trigo, erva-mate, bebidas.

Embora o Código Aduaneiro do Paraguai considere contrabando tanto o que entra quanto o que sai do país sem recolher impostos, as autoridades ignoram a lei para não atingir um dos negócios mais rentáveis do presidente. Cartes produz 30% dos 3,3 bilhões de maços de cigarro fabricados por ano no Paraguai. Só 2% ficam no país, 8% são exportados legalmente e 90% saem via contrabando. Cinco marcas fabricadas pela empresa de Cartes respondem por 49% do cigarro pirata apreendido no Brasil e dominam 45% do mercado clandestino na Argentina.

<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/especial-imperio-das-cinzas/conteudo.phtml?tl=1&id=1464737&tit=O-paradoxo-do-contrabando-paraguaio>

Gerente de Cartes diz que cigarro é legal

Gerente da Tabacalera del Este (Tabesa), que pertence ao presidente, Ortiz refutou a relação da empresa com a lavagem de dinheiro de narcotraficantes e das Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia). “Trabalhamos legalmente”, disse ao jornal ABC Color.

Até abril de 2014, O contrabando de cigarro paraguaio ainda não havia entrado na agenda oficial do Parlamento do Mercosul (Parlasul), mas extraoficialmente fazia parte do debate desde a posse de Cartes na Presidência do Paraguai.

<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/especial-imperio-das-cinzas/conteudo.phtml?tl=1&id=1456804&tit=Gerente-de-Cartes-diz-que-cigarro-e-legal>

R\$ 2 milhões em cigarro pirata são apreendidos

Oitocentos mil maços de cigarros contrabandeados do Paraguai, que renderiam R\$ 2 milhões no mercado clandestino, foram apreendidos em abril de 2014 em duas cidades de diferentes regiões do Paraná. O estado é rota de passagem do cigarro paraguaio, assim como o Mato Grosso do Sul.

[http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/especial-imperio-das-cinzas/conteudo.phtml?tl=1&id=1461179&tit=R\\$-2-milhoes-em-cigarro-pirata-sao-apreendidos](http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/especial-imperio-das-cinzas/conteudo.phtml?tl=1&id=1461179&tit=R$-2-milhoes-em-cigarro-pirata-sao-apreendidos)

PRF aperta cerco a foragidos do cigarro

Em fins de abril de 2014, tendo como mote as reportagens, a Polícia Rodoviária Federal (PRF) intensificou na fronteira entre Brasil e Paraguai as buscas pelos dez foragidos que escaparam durante a Operação Prometeu, em Mundo Novo (MS). Dezenove integrantes do grupo foram presos na operação que mobilizou 160 policiais rodoviários de 15 estados e do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Mato Grosso do Sul.

<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/especial-imperio-das-cinzas/conteudo.phtml?tl=1&id=1459451&tit=PRF-aperta-cerco-a-foragidos-do-cigarro>

Operação prende 19 por contrabando de cigarro

A Operação Prometeu foi realizada dez dias depois da publicação pela Gazeta do Povo da reportagem especial intitulada Império das Cinzas, que revela como o cigarro pirata paraguaio está reconfigurando a geopolítica do crime organizado na fronteira do Brasil com o Paraguai.

<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/especial-imperio-das-cinzas/conteudo.phtml?tl=1&id=1459159&tit=Operacao-prende-19-por-contrabando-de-cigarro>

A CONICQ é responsável por articular a implementação da agenda governamental para o cumprimento dos artigos da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco. É presidida pelo Ministro da Saúde e composta por representantes de 18 órgãos federais. Acesse o Observatório da Política Nacional de Controle do Tabaco.

Expediente:

Este boletim é produzido pela Secretaria Executiva da Comissão Nacional para a implementação da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco (CONICQ)

INCA - Instituto Nacional de Câncer José de Alencar Gomes da Silva / Ministério da Saúde.

Contato: conicq@inca.gov.br

Edição: Alexandre Octávio

Projeto gráfico: Equipe da Divisão de Comunicação Social do INCA